

O SABER DAS COSTUREIRAS FACCIONISTAS DA INDÚSTRIA DE CONFEÇÃO DE DIVINÓPOLIS¹

KNOWING OF DRESSMAKERS FACCIONISTAS OF THE INDUSTRY OF DIVINÓPOLIS CONFECTION.

PEREIRA, Rosângela Maria²
ARANHA, Antônia Vitória Soares³

RESUMO

Este trabalho investiga as transformações que, principalmente nos últimos anos, tem levado relevante número de costureiras da fábrica para o trabalho em suas próprias residências. Procuramos entender como as trabalhadoras domiciliares da indústria de confecção, vivenciam as novas condições marcadas por formas flexíveis de trabalho e a partir daí as relações estabelecidas entre trabalho domiciliar, qualificação profissional e o saber produzido no processo de trabalho.

Palavras chave: Trabalho a domicílio, qualificação profissional, saber.

ABSTRACT

This work investigates the transformations that, mainly in the last years, eminence number of dressmakers of the plant for the work in its proper residences has taken. We look for to understand there as the workers domiciliary of the industry of confection, live deeply the new conditions marked for flexible forms of work and from the relations established between domiciliary work, professional qualification and produced knowing in the work process.

Key words: Home-based workers, professional qualification, to know.

¹ Artigo apresenta alguns resultados de pesquisa de Mestrado

² Graduada em Ciências Sociais pela UEMG, Mestre em Educação pela UFMG e Doutoranda em Sociologia pela UFRGS.

³ Doutora em Educação PUC-SP. Professora da Fae-UFMG

INTRODUÇÃO

Propomos neste trabalho, apresentar alguns resultados de pesquisa realizada sobre o trabalho a domicílio na indústria de confecção de Divinópolis. Nesta pesquisa, buscamos detectar, as articulações possíveis entre as relações sociais de gênero, a formação profissional da trabalhadora costureira, o saber produzido no trabalho e no convívio social e as relações e condições de trabalho dentro do processo de reestruturação produtiva.

Apontamos que na indústria de confecção, a nova organização do trabalho, ao transferir a produção para outros espaços, como o domicílio, proporcionou, por um lado, o rompimento da relação uma trabalhadora/uma máquina característica do modelo fordista de produção, e, por outro, conseqüentemente a formação de trabalhadoras polivalentes, multifuncionais e qualificadas para o trabalho.

Tal verificação contradiz com a crença de que os processos de informalização acarretariam inevitavelmente a precarização e desqualificação do(a) trabalhador(a) como um todo. Isso porque, pelo menos no que diz respeito à costureira faccionista, provocaram sim a precarização das relações e condições de trabalho, mas não provocaram, como apontamos na pesquisa, uma desqualificação do conhecimento mobilizado, construído e adquirido pela trabalhadora faccionista no processo de trabalho e nas relações sociais.

A RESSIGNIFICAÇÃO DO TRABALHO DOMICILIAR NO CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

Nas últimas décadas, verificam-se um crescimento intenso do mercado informal e um crescente número de pessoas que fazem dele uma forma de sobrevivência. Esse aumento da informalidade aparece em processos distintos como os trabalhadores ambulantes do comércio de rua, os trabalhadores a domicílio, os pequenos prestadores de serviço, entre outros. Compreendê-los constitui um fator primordial para o entendimento da organização e dinâmica da produção capitalista contemporânea, pois tem sido uma das respostas do capital à atual crise econômica, a marginalização de parte da força de trabalho através dessas variadas formas de produção.

Para Holmes (1986) e Hirata (2000), as transformações no mundo do trabalho e da produção são diferenciadas e mais complexas do que à primeira vista parecem. Há evidências crescentes, embora ainda fragmentárias, de que a reestruturação industrial e a reorganização que está ocorrendo no contexto da atual crise econômica envolvam a emergência de novas relações de terceirização e o relançamento de antigas relações, tais como as relações de trabalho radicadas no domicílio. Por outro lado, existe a coexistência de antigas e novas formas de organização do trabalho e da produção.

O avanço tecnológico que vem proporcionando um crescimento baseado em alta produtividade e redução de postos de trabalho, passa a coexistir, lado a lado, com outras formas de ocupação, em que a instabilidade nos contratos, os empregos em tempo parcial e a terceirização aparecem como práticas comuns. O crescente processo de terceirização da produção tem marcado as recentes transformações e

continua a ser uma característica importante da estrutura organizacional e locacional de inúmeros setores industriais.

Associado a esse processo de terceirização, assistimos a um ressurgimento do trabalho a domicílio. Para Antunes (2000), uma das tendências que vêm se concretizando no mundo do trabalho é a ampliação dessa modalidade de trabalho, presenciando formas de expansão em várias partes do mundo, propiciada pela desconcentração do processo produtivo.

Mas, afinal, o que é considerado trabalho a domicílio nesta conjuntura? Para Ruas (1993), inserido no contexto geral das relações de subcontratação, a noção de trabalho a domicílio abrange toda atividade realizada de forma remunerada no ambiente domiciliar. Suas características são mais ou menos as mesmas em diferentes localidades, concentra-se em setores de base técnica tradicional como confecção, calçados, madeira, entre outras; possui alto nível de clandestinidade e apresenta predominância de trabalho feminino. Esse último, assinalado por Antunes (2002) e Lavinias et al.(2000), marcado por um percentual de remuneração menor do que o do trabalho masculino, e com perdas concernentes aos direitos e às condições de trabalho.

No que diz respeito à indústria de confecção é um ramo industrial baseado no uso intensivo de mão-de-obra, e cuja produção desenvolve-se com poucas inovações técnicas, limitada à máquina de costura industrial e ao trabalho manual (Araújo e Amorim, 2000), o que facilita o desenvolvimento dessa atividade em espaços fora da fábrica.

Em Divinópolis⁴, as fábricas da indústria de confecção passam por um processo que acompanha essa tendência e vai, também, cedendo lugar a outras formas de organização da produção, marcadas principalmente pela terceirização do processo produtivo, o que acarreta o aumento considerável do número de trabalhadoras que são desligadas das atividades dentro da fábrica e passam a exercer suas atividades no próprio domicílio. Para Abreu e Sorj (1993), uma das características mais marcantes do trabalho domiciliar contemporâneo é ser uma atividade essencialmente feminina.

Assim, a mudança na estrutura produtiva e no mercado de trabalho possibilitou a incorporação e o aumento da exploração da força de trabalho das mulheres em trabalhos “domésticos” subordinados ao capital. O trabalho a domicílio tem proliferado seu vínculo com o sistema produtivo capitalista. Sua subordinação ao capital é direta, sendo mecanismo de reintrodução de formas pretéritas de trabalho, como o trabalho por peça que vem sendo recuperado em grande escala (Antunes, 2002).

Assim, o ressurgimento recente do trabalho a domicílio, possibilitou que as empresas utilizassem fontes de mão-de-obra feminina muito baratas, empregando mulheres presas ao lar por compromissos familiares. As mulheres apelam para o trabalho a domicílio porque elas não conseguem um cuidado adequado e barato

⁴ O município de Divinópolis está localizado na zona metalúrgica do Estado de Minas Gerais, a 114 km da capital Belo Horizonte. É a cidade-pólo do Centro-Oeste Mineiro, conhecida por suas confecções, mas destacada, também, pelo comércio, principalmente o confeccionista.

para seus filhos em idade pré-escolar e essa modalidade de trabalho possibilita que elas mesmas tomem conta de seus filhos e trabalhem ao mesmo tempo. Portanto, trabalho produtivo no domicílio está intimamente ligado com o trabalho reprodutivo doméstico (Holmes, 1986; Antunes, 2002).

Para Hirata (2002), essa articulação entre trabalho assalariado e trabalho doméstico deve conduzir a uma nova abordagem dentro da divisão sexual do trabalho que permita acabar com as categorias tradicionais da sociologia industrial, extremamente simplista, como esfera produtiva, entendida como produção de valores, e esfera reprodutiva, a produção de valores de uso não mercantis, dando lugar à elaboração de novos conceitos que ultrapassem a universalidade aparente dessas categorias baseadas em um modelo masculino.

Portanto, no trabalho a domicílio as mulheres continuam a prevalecer, uma vez que carecem de mobilidade e de flexibilidade de opções no mercado de trabalho. Tanto em virtude do viés de gênero presente nas definições de postos de trabalho como pelas responsabilidades familiares que recaem sobre elas. Por outro lado, o trabalho a domicílio, se comparado com os empregos usuais do setor industrial, pode ser considerado, do ponto de vista das relações de trabalho, como de baixa qualidade. Frequentemente sem proteção da legislação trabalhista, oferecendo raríssimas oportunidades de treinamento e ascensão funcional, é uma ocupação extremamente precária (Lavinias et.al., 2000).

Para Ruas (1993), o recurso ao trabalho a domicílio permite às empresas uma redução ainda maior do custo do trabalho direto, com restrição de encargos sociais, despesas de admissão, treinamento e demissão de trabalhadores.

Assim, os processos de informalização assentados no trabalho a domicílio acarretaram inevitavelmente a precarização das relações e condições de trabalho, mas no que diz respeito a trabalhadora faccionista verificamos que não provocou a desqualificação do conhecimento mobilizado, construído e adquirido pelas trabalhadoras no processo de trabalho e nas relações sociais.

Então, como se dá o processo de produção, mobilização e aquisição do conhecimento no processo de trabalho domiciliar da indústria de confecção? E como esse processo têm contribuído para constituição de trabalhadoras polivalentes, multifuncionais e qualificadas para o trabalho?

RELAÇÕES COM O SABER E RELAÇÕES DE SABER NO PROCESSO DE TRABALHO A DOMICÍLIO DA INDÚSTRIA DE CONFECÇÃO

Tendo em vista a amplitude que envolve o ato de aprender, Charlot (2000) levanta a necessidade de reintroduzir na discussão outras dimensões do sujeito. Para o autor, qualquer tentativa de definir o *saber* faz surgir um sujeito que mantém com o mundo uma relação mais ampla. Uma das conseqüências desse raciocínio é o de que o saber não advém apenas do espaço escolar, caracterizado como um espaço de trabalho com o saber formalizado, mas também de outros espaços, como o profissional, familiar, social, cultural.

Assim, deste ponto de vista, as trabalhadoras faccionistas adquirem saberes, a partir das relações estabelecidas dentro do grupo familiar, no relacionamento com outras

costureiras, com empresários, nos grupos sociais que freqüentam ou nas relações de/com o trabalho. Esses saberes estão relacionados às formas de viver e vivenciar o mundo, e isso constitui uma faceta da sua relação com o saber.

Para Santos (2000b), a relação com o saber fala da trajetória de um sujeito. A autora ressalta que, quando lidamos com esse saber do trabalhador, podemos concluir que essas relações que ele estabelece com o saber advêm da sua trajetória de vida, mas também de uma trajetória de exclusão de um saber legitimado.

As trabalhadoras pesquisadas têm em comum uma história de exclusão do ensino formal. Por isso, reafirmamos o que foi colocado por Charlot (2000), de que a magnitude que envolve o ato de aprender levanta a necessidade de reinserir na discussão outras dimensões do sujeito, tal como o trabalho.

Para Santos (2000b), a relação com o saber também chama a atenção para a dimensão da subjetividade do sujeito. Está articulada a uma determinada maneira de se apresentar, a uma determinada maneira de relacionar com o mundo e com o outro, que passa pela dimensão social, mas, também, pela dimensão do singular, do pessoal, da subjetividade. Eu atribuo valor àquilo que me interessa e quando alguma coisa me interessa e só quando ela me interessa eu me aproprio daquilo (idem, 2000b-68).

Assim, a aprendizagem do ofício de costureira e posteriormente de costureira faccionista tem significado para essas trabalhadoras porque está relacionado a uma trajetória ou história de vida e também às suas expectativas, a um gostar da profissão. Como colocado por uma faccionista: “Eu gosto. Então eu aprendi aquilo ali, aquilo gravou na minha cabeça...”

Assim, o indivíduo singular é construído dentro de uma história em uma relação com o mundo, que é relação do sujeito consigo mesmo, com os outros, com a linguagem, com o tempo. Essa singularidade não é inteligível se não tomamos como referência o mundo no qual ela se constitui (Charlot, 2000; Santos, 2000a).

Mas esta singularidade se constrói dentro de uma lógica específica, a da construção da individualidade, da personalidade, da identidade pessoal, a relação com saber, comporta uma dimensão de identidade que não pode ser reduzida a uma interiorização das condições sociais. A relação com o saber do indivíduo só se torna compreensível se a interpretarmos tendo como referência as situações em que vive esse indivíduo, as relações sociais e os processos intrapsíquicos que operam na construção de um sujeito como singular (Charlot, 2000; Santos, 2000a). Portanto, se tomarmos como referência as relações cotidianas dessas trabalhadoras, seja nas suas relações de trabalho, nas suas relações com o trabalho, com a família, vizinhos, parentes, entre outros.

Ainda, com relação à singularidade e ao processo de trabalho, Santos (2000b) coloca que, à medida que o trabalhador recupera subsídios de sua trajetória pessoal característicos de seus interesses, desejos e vontades, articulando-os com sua concepção de vida, ele está exprimindo alguma coisa que é singular, que é da ordem da subjetividade. Essa singularidade se dá na relação com o outro. Portanto, faz parte de um coletivo de subjetividades.

A trabalhadora faccionista exprime no trabalho, dentro da facção, alguma coisa que é do âmbito do singular, que é da ordem da subjetividade. Quando por exemplo, é perguntado a faccionista se alguma vez deixaram de pagá-la e ela responde que não, que os empresários atrasam, mas nunca deixam de pagar porque elas “leva assim tudo na faixa da amizade”. O cativar a amizade dos empresários a partir da brincadeira, do falar “bobagem”, é algo que é muito singular, característico da trajetória pessoal dessas trabalhadoras, mas que se constitui como um saber. Porque elas sabem que “fazer o máximo de amizade possível com aquela pessoa”, formar laços de amizade é uma forma de garantir que essa pessoa não venha a deixar de honrar seus compromissos, uma vez que o que está envolvido não é só uma relação de trabalho, mas também de confiabilidade entre as duas partes.

Assim, a forma como a costureira faccionista vai tangenciar-se com seu trabalho, relacionar-se com as pessoas, seja na família – já que o trabalho está muito ligado a casa –, com os empresários e outros (as) trabalhadores (as), traz algo que é próprio de cada uma e que está muito relacionado à sua trajetória pessoal. Essa singularidade acarreta diferentes formas de vivenciar o cotidiano de trabalho, de apreender, de gerir e de organizar o trabalho.

Além do tentar cultivar a confiança e a amizade nas relações com os empresários, esta singularidade expressa-se também, por meio de outros comportamentos e valores tais como o trabalhar com amor, trabalhar com qualidade, trabalhar com capricho, que se constituem num corpo de saberes que são fundamentais para essas trabalhadoras – uma vez que podem possibilitar o acesso ao trabalho, um melhor proveito das relações de trabalho, entre outros – e para o processo de produção.

Por outro lado, trabalhar é criação, aprendizagem, desenvolvimento, dominação e aquisição de saberes. Quando, por exemplo, as irmãs faccionistas observadas durante a pesquisa de campo, alegam dividir no processo de trabalho as tarefas da produção e enquanto uma fica mais com a costura e tenta resolver os problemas da produção, a outra fica com a parte de negociação do preço das peças, de cobrança das notas e organização da quantidade de peças, na verdade, percebemos que elas estão em um processo de compartilhamento de saberes, de aprendizagem, de desenvolvimento.

Observamos que, enquanto a que está responsável pela negociação conversa com os empresários ao telefone, a outra faz brincadeiras, dizendo a palavra positivo e balançando a cabeça várias vezes enquanto diz a palavra, chamando a atenção da irmã no sentido de não aceitar tudo o que é colocado pelos empresários.

Por outro lado, determinados trabalhos de costura que deveriam ser resolvidos pela que fica responsável pela parte de produção acabam sendo resolvidos pela outra. Isso deixa claro que ainda que as duas faccionistas estabeleçam uma divisão das tarefas, elas se desdobram no processo de trabalho, aprendem, adquirem saberes e, com isso, passam a dominar o processo de trabalho como um todo, sendo capazes de, na ausência da outra, dar prosseguimento ao que deve ser feito, e esses saberes são importantes para suas vidas. Assim, o trabalho não é só produção de mercadorias e de mais-valia, é também criação de si, do mundo e de diversas relações sociais.

No que diz respeito à relação de saber, Charlot (2000) coloca que é uma relação social fundada na diferença de saber, no qual cada um ocupa na sociedade uma posição diferenciada e hierarquizada com relação ao outro. Isso constitui-se também numa diferenciação do ponto de vista do aprender e do domínio de saberes. Portanto, a relação de saber é também uma relação de poder, heterônoma.

A relação de saber no trabalho a domicílio da indústria de confecção pode aparecer na relação das faccionistas e empresários, na relação entre faccionistas e as costureiras subcontratadas⁵ ou entre as costureiras que dividem lucros⁶, e até mesmo nas relações entre as faccionistas e os mecânicos das máquinas. Essas relações por vezes reforçam e agudizam a submissão das trabalhadoras em relação ao saber, sejam as faccionistas ou as costureiras.

Na relação observada entre a faccionista e a costureira, a faccionista estabelece uma relação de saber que é fundada na diferença de saber. As duas, a faccionista e a costureira, passaram por um processo de formação similar, ambas fizeram curso e aprenderam a costurar e a modelar e trabalhavam com costura há vários anos. Até aí tudo igual. No entanto, é possível perceber que a faccionista reforça o seu saber e ao mesmo tempo a submissão, a dependência da costureira, desqualificando seu maquinário e seu saber.

Afirma, então, que a costureira nem sabia costurar na fábrica. No entanto, a mesma faccionista, comenta que o processo é o mesmo, seja em casa ou na fábrica, que, se a pessoa sabe costurar, dominar a máquina, é fácil, e costurar em qualquer outra máquina é um processo de breve adaptação. Ela sabe também que é mais difícil para a costureira conseguir trabalho com máquinas semi-industriais. No entanto, ela guarda essa informação (mesmo sabendo que a costureira possui máquinas semi-industriais) e vai comentar justamente no momento que a costureira não se encontra. Então, porque assinalar que a costureira nem sabia costurar na fábrica ou que suas máquinas eram semi-industriais no momento em que não está, senão para reforçar o seu saber? Assim, ela desqualifica o saber da costureira e ao mesmo tempo a mantém dependente.

Em outra relação, o mecânico e a costureira, podemos observar que o mecânico pode, por exemplo, negar-se a mostrar a trabalhadora como resolver um problema simples com as máquinas, que pode ser solucionado por ela mesma caso venha ocorrer outras vezes. Assim, ele reforça o seu saber e cria uma submissão da trabalhadora em relação a esse saber, pois todas as vezes que ocorrer o mesmo problema somente ele vai poder resolver.

No que concerne às faccionistas e aos empresários, a relação de saber aparece, por exemplo, nas questões relacionadas à gerência. Para empresários, as faccionistas não sabem gerenciar. Ainda que possuam uma compreensão de gerência no que diz respeito ao processo de trabalho, ela é insuficiente para que as faccionistas consigam desempenhar o papel de empresárias prestadoras de serviço de facção. Por um lado, isso expressa a relação conflituosa de saber entre eles; por outro,

⁵ A costureira faccionista subcontrata serviços de outras costureiras com pagamento de salário.

⁶ A costureira faccionista envolve outras costureiras no processo de produção; sendo que essas pessoas não são subcontratadas, e dividem os lucros.

demonstra que a gerência não se aprende no cotidiano de trabalho dentro da facção.

A relação com o saber se constrói em relações sociais de saber, em especial no trabalho, marcado pela lógica das relações capitalistas. Portanto, o sujeito, o trabalhador que produz saber, manifesta uma certa relação com o saber e com o trabalho que tem a ver com sua própria história, seus interesses e projetos (Charlot, 2000; Santos, 2000b) e também com as relações de produção, caracterizadas pela exploração do seu trabalho, nas quais as relações de poder se apresentam, também, como relações interindividuais desiguais e permeadas por relações de saber.

Assim, como colocado anteriormente, o trabalho não é só produção de mercadorias e de mais-valia, é também criação de si, de outras possibilidades, portanto, de outro mundo, de outras relações sociais. No trabalho dentro das facções, as trabalhadoras criam, aprendem, desenvolvem, dominam e adquirem saberes.

Com o trabalho domiciliar, as faccionistas recuperam parte do poder de negociar - o valor do trabalho, horários - e reappropriam o saber global do que é produzido, saber que foi perdido dentro das fábricas com o taylorismo/fordismo. As costureiras montam a peça toda, fugindo à extrema fragmentação de tarefas imposta no processo industrial de confecção. Possuem uma noção precisa do processo de trabalho como um todo e uma alta qualificação, geralmente adquirida na prática. Assim, a precarização do trabalho não necessariamente implica na desqualificação do saber da trabalhadora. Apresentamos, portanto, a “Pedagogia do Lar/Oficina”, as dimensões educativas do trabalho a domicílio.

Mais ainda, as trabalhadoras elaboram saberes sobre o trabalho, que não configuram apenas como uma maneira de sobrevivência no mercado de trabalho, não constituem somente numa forma de driblar o desemprego e as relações de exploração no trabalho que estão postas. Estes saberes integram-se como saberes necessários ao processo de produção. São saberes congregados e componentes ao corpo de conhecimentos técnicos e constituem-se como parte integrante e importante da qualificação do(a) trabalhador(a).

Por outro lado, esses saberes não se limitam ao espaço de trabalho propriamente dito, perpassam outras esferas de convivência das trabalhadoras.

O CONHECIMENTO TÁCITO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO DAS FACCIÓNISTAS

As diferenciações na organização e na produção do trabalho a domicílio, como também as formas como o conhecimento é construído, mobilizado e adquirido nesse espaço de trabalho, são muito mais complexas do que parecem à primeira vista. Do contrário, como explicar, por exemplo, o pregar elástico no processo de produção, no qual a faccionista expõe que deve segurar e não puxar a roupa. Como a trabalhadora se aproxima desse conhecimento, o que é esse não pode puxar como elas puxam e sim segurar a roupa? Como expressar qual a medida certa para puxar ou não puxar a roupa ou o elástico? Como é possível perceber que as linhas não arrebentam se elas são protegidas com plásticos? Como essas trabalhadoras conseguiram adquirir esses conhecimentos? Conhecimentos que, a princípio,

parecem uma coisa simples, mas que ganham outra dimensão quando se percebe sua importância dentro do processo de trabalho, na garantia da qualidade dos produtos do trabalho, na economia de materiais para a produção, quando se nota a dificuldade de verbalização desse conhecimento por parte das trabalhadoras, e as tentativas cada vez mais frequentes de apropriação desses saberes pelo capital, entre outros fatores.

Com essas questões, abrimos as discussões sobre uma das dimensões desse conhecimento das trabalhadoras, ou seja, o conhecimento tácito da trabalhadora a domicílio nas relações de e com o trabalho estabelecidas nas facções.

Como colocado por Aranha (1997), o conhecimento tácito é adquirido pelo(a) trabalhador(a) tanto no processo de trabalho quanto na sua atividade social em geral. É um conhecimento decisivo para o processo de produção. No entanto, é cercado pela dificuldade em expressá-lo de forma sistematizada, e muitas vezes também tido como algo natural e não fruto de um processo social de aquisição.

Aparece comumente associado a um saber-fazer do(a) trabalhador(a) que ele(a) não consegue expressar por palavras. O saber tácito do(a) trabalhador(a), como definido por Machado (apud. Aranha, 1997), é um saber-fazer complementar necessário ao sistema técnico, intuitivo e não codificável.

Esse saber é utilizado no processo de produção para conseguir driblar as variações, descontinuidades, diferenças de situações e imprevistos nas diversas etapas da execução e está intimamente ligado à qualificação da trabalhadora. Esses conhecimentos não são expressos por palavras pelas faccionistas. Quando perguntamos o que sabem fazer, suas respostas se limitam à costura propriamente dita e ao manejo do maquinário de trabalho, o que confirma a dificuldade de sistematizá-lo.

Assim, no processo de trabalho, as faccionistas adquirem e mobilizam uma gama de conhecimentos que nem sempre conseguem verbalizar, e por isso mesmo é necessário um olhar atento para percebê-los e alcançar sua importância para o cotidiano de trabalho. No entanto, esses saberes não se limitam ao domínio de máquinas ou equipamentos. Muito pelo contrário, vão muito além. São conhecimentos também da gestão e da organização do trabalho.

Na organização, por exemplo, a quebra da monotonia no trabalho é um conhecimento tácito da trabalhadora. Essas mulheres reconhecem, que para produzir mais, é necessária essa quebra, porque ninguém produz uma quantidade satisfatória, em condições insatisfatórias, ou seja, que não proporcionem bem-estar à trabalhadora, portanto, dentro de um sistema de produção repetitivo e monótono. Assim, em uma das situações de produção as trabalhadoras param determinado tipo de trabalho que demandava um tempo maior para a produção, alegando que não agüentavam “não ver sair nada da máquina”. As trabalhadoras passam então, a executar outro trabalho, que era mais rápido e estava parado. Quando conseguem produzir um determinado número de peças, retornam o que faziam anteriormente.

Outra questão a ser tratada foi levantada por Santos (1997, 2000a) e Aranha (1998), que alertaram para o fato de que os(as) trabalhadores(as) têm sido chamados a

incorporar seus saberes no processo de produção. As empresas⁷ têm procurado apropriar-se desse conhecimento sem, no entanto, reconhecer a importância dele perante os trabalhadores.

Também no trabalho a domicílio os empresários têm buscado explicitar e apropriar-se dos conhecimentos da trabalhadora. Isso fica claro quando, por exemplo, verificamos que cada vez mais os empresários buscam as costureiras faccionistas para resolver problemas que eles não conseguem, tais como dificuldades no corte das peças, na definição de modelos, na finalização de produtos, entre outros.

Assim, no trabalho, as trabalhadoras criam, recriam, aprendem, ensinam, desenvolvem, dominam e adquirem. Isso porque dispõem de recursos e capacidades infinitamente mais vastas que as que são explicitadas ou que são requeridas nas tarefas cotidianas do trabalho.

Tratar dos saberes no processo de produção é também tratar das relações de exploração que o cercam. No que diz respeito à relação trabalho concreto/trabalho abstrato, a trabalhadora a domicílio, pelas condições dadas pelo modo de produção capitalista, vê-se como força de trabalho abstrato e vislumbra o ato de trabalho enquanto mercadoria que se troca. As trabalhadoras pressentem que o trabalho a domicílio é totalmente subordinado ao capital, e de que há então uma preponderância do capital. As trabalhadoras domiciliárias da indústria de confecção possuem e controlam os meios de produção. No entanto, dependem dos empresários que passam o feitiço das peças e efetuam o pagamento por peças confeccionadas.

Assim, estão imersas em relações de exploração, relações nas quais empresários, gestores, entre outros, extraem a mais-valia, o lucro, em cima do trabalho dessas mulheres. Tudo isso se inscreve dentro de uma lógica capitalista e traz como implicação a não-diferenciação dos diversos tipos de trabalhos individuais. No trabalho a domicílio, não existe uma homogeneidade com relação ao processo de trabalho e à organização da produção nas facções. Estas vão variar de acordo com o número de pessoas que estão envolvidas, com as relações que coexistem no seu interior, com o modo como conhecimento é mobilizado, construído e adquirido pela trabalhadora no processo de trabalho e nas relações sociais. No entanto, essa singularidade está subsumida à abstração que é feita cotidianamente e que tenta neutralizar as diferenças.

Deparamo-nos, assim, com a busca da eliminação da individualidade e a tentativa de eliminar o que é da ordem da subjetividade das trabalhadoras, dentro de um processo de uniformização no qual todas as trabalhadoras são consideradas iguais dentro de relações estabelecidas no mercado. Sendo assim, o que determina o valor trabalho não é a qualificação de cada uma dessas trabalhadoras, a sua relação específica com o trabalho e seu produto, e sim a fria lógica da produtividade, ainda que com a busca permanente da qualidade.

⁷ Essa discussão cabe perfeitamente, uma vez que o trabalho a domicílio que tratamos está intimamente ligado ao capital e à empresa, mesmo que esta última não tenha uma constituição física concreta e tradicional.

Entretanto, essas trabalhadoras, mesmo inscritas na lógica capitalista, terão, em relação às trabalhadoras das fábricas, uma importante diferenciação que deve ser considerada. Essa “nova” relação de trabalho vai proporcionar, pelo menos nos períodos de demanda maior de trabalho, que elas possam travar negociações por melhor pagamento de sua força de trabalho, conseguindo, em alguns casos, elevar o preço pago por peça pronta, ou seja, essas mulheres possuem um certo poder de negociação e de barganha.

Assim, a dimensão concreta do trabalho apresenta-se quando a trabalhadora transgredir a lógica imposta pelo trabalho abstrato, seja por meio de atos de criação, ou por intermédio de atos de resistência à exploração. O trabalho é, então, apreendido como produção de gestos e ações que se inscrevem nos objetos, produto de suas capacidades pessoais. O cotidiano de trabalho exige a manifestação de novas capacidades, formas de inteligência diversas, indispensáveis à produção. Assim, o conhecimento tácito da trabalhadora vai potencializar essa tensão entre trabalho concreto-abstrato no processo de trabalho.

Essas trabalhadoras também não deixam, portanto, de serem produtoras concretas de valores de uso concretos. Isso porque o ato de trabalho é também obra de homens e mulheres concretos que mobilizam suas capacidades na produção de objetos úteis e variados – no caso específico das faccionistas, a confecção de vestimentas.

QUALIFICAÇÃO E SABER NO TRABALHO A DOMICÍLIO

Não podemos negar a complexidade que envolve o conceito de qualificação. As discussões sobre o tema apontavam duas perspectivas nas quais tem sido analisada a qualificação do trabalhador. A primeira, reduz a qualificação a um conjunto de saberes técnicos adquiridos nas escolas formais e no ensino profissionalizante e a alguns atributos, que são requeridos ou determinados pela atividade ou pelo posto que o(a) trabalhador(a) irá executar ou ocupar, excluindo, portanto, fatores importantes para o processo de produção, como o conhecimento do(a) trabalhador(a).

Na segunda, a qualificação não se restringe aos saberes adquiridos pelos trabalhadores no ensino formal. Esses conhecimentos técnicos adquiridos dentro dos espaços formais são importantes e necessários, mas não são únicos. Consideram-se também extremamente importantes os conhecimentos relacionais produzidos nas relações sociais entre familiares, amigos, vida comunitária, nas relações construídas entre trabalhadores e seus companheiros, seus encarregados, seus patrões, o conhecimento produzido no próprio espaço de trabalho e com o trabalho, entre outros (Villavicencio, Ferreti apud. Aranha, 1997). Portanto, nessa segunda visão, a qualificação é considerada não como uma lista de atributos, mas um conjunto de relações sociais, inseridas e construídas na história de vida e de formação de cada homem ou mulher.

Assim, consideramos que a qualificação constitui-se de conhecimentos técnicos adquiridos dentro das escolas formais, mas também de conhecimentos relacionais produzidos nas relações sociais. Conhecimentos estes que incluem desde a sobrevivência no ambiente de trabalho e na sociedade em geral até aqueles relativos ao processo de trabalho. Adquiridos, deste modo, nos mais diversos locais

e a partir dos mais diversos meios, incluindo uma rede de saberes que é estabelecida no próprio processo produtivo.

Com relação à trabalhadora a domicílio, no que diz respeito a essa discussão sobre a qualificação, se tomarmos a qualificação como tempo de formação contínua e formalizada oferecida por escolas, sejam formais ou profissionalizantes, se aceitarmos a distinção entre a experiência – o saber fazer da trabalhadora – e formação escolar – os saberes e conhecimentos formalizados – e reduzirmos a qualificação a determinados atributos, diríamos, então, que essas trabalhadoras domiciliares não poderiam ser consideradas qualificadas. Isso porque o tempo de permanência nas escolas formais, assim como o acesso aos cursos profissionalizantes, é restrito para essas mulheres.

No entanto, não compartilhamos dessa visão. Acreditamos que, do ponto de vista do conhecimento não formalizado, adquirido no processo de trabalho, nas relações sociais, no convívio familiar, é inquestionável a qualificação dessas trabalhadoras.

O determinismo tecnológico, que associa a qualificação da trabalhadora à detenção de determinados conhecimentos e qualidades necessários para lidar com os novos equipamentos, está longe de elucidar a realidade do trabalho a domicílio, como veremos.

Os processos de modernização, introduzidos pela reestruturação produtiva na indústria de confecção, foram marcados principalmente por um intenso processo de terceirização da produção e pelo aproveitamento de outros espaços de produção. Essas alterações e suas inovações trouxeram novas exigências de qualificação e requalificação das costureiras que atuarão dentro desses novos modelos de organização da produção e do trabalho. Entretanto, vale salientar que é falsa a idéia de que com essa nova forma de organização estariam suplantadas as organizações assentadas no modelo taylorista/fordista de produção.

Existe também no trabalho a domicílio uma coexistência entre características tayloristas/fordistas com os novos paradigmas de organização, o que também, por sua vez, tornam as análises ainda mais complexas. Por um lado, a produção ainda é ajustada aos critérios de quantidade e de rendimento, características claras do taylorismo/fordismo. Por outro, a própria transferência para outros espaços além da fábrica, a produção feita por peça e a pouca fragmentação do processo produtivo mostram-se características da acumulação ou especialização flexível. Assim, nos deparamos, então, com uma simultaneidade dos modelos.

A nova organização, ao transferir a produção para outros espaços, como o domicílio, proporcionou, por um lado, o rompimento da relação uma trabalhadora/uma máquina característica do modelo fordista de produção, e, por outro, conseqüentemente, a formação de trabalhadoras polivalentes, multifuncionais e qualificadas para o trabalho. Essa constatação, como levantada por Hirata (2000), contradiz as análises de alguns estudiosos do trabalho como Braverman (1994), que acreditavam num processo progressivo e inelutável de desqualificação dos trabalhadores advindo da contínua renovação tecnológica.

Contradiz também a crença de que os processos de informalização acarretariam conseqüentemente a precarização e desqualificação do trabalhador como um todo.

Isso porque, pelo menos no que diz respeito à costureira faccionista, provocaram sim a precarização das relações de trabalho, mas não provocaram, como estamos apontando, a desqualificação do conhecimento mobilizado, construído e adquirido pela trabalhadora faccionista no processo de trabalho.

Com o trabalho domiciliar, as faccionistas recuperaram parte do poder de negociar e a reapropriação do saber global do que é produzido, perdido dentro das fábricas com o taylorismo/fordismo. As costureiras montam a peça toda, fugindo à extrema fragmentação de tarefas imposta no processo industrial de confecção. Possuem uma noção bastante precisa do processo de trabalho como um todo e uma alta qualificação, geralmente adquirida na prática.

Coloca-se, então, a complexa relação entre a tecnologia e a qualificação da trabalhadora. Como apontado por Duraffourg (1998), o reconhecimento da competência dos(as) trabalhadores(as) constitui a pedra angular das relações entre técnico/econômico/social.

Assim, no que concerne à tecnologia, as costureiras faccionistas não possuem um maquinário inovador. Entretanto, mesmo as que afirmam não terem feito qualquer tipo de curso de qualificação, do ponto de vista da execução do trabalho possuem, uma relativa autonomia. Essas trabalhadoras, apesar de não usarem uma tecnologia de ponta, mobilizam um conjunto de saberes maior, com certeza, do que aquele que mobilizariam no trabalho dentro de uma empresa.

A questão, portanto, é que não há uma linearidade entre qualificação e tecnologias. A qualificação, ao contrário de constituir-se numa lista de atributos específicos adquiridos em cursos profissionalizantes para lidar com uma determinada tecnologia, é uma relação complexa entre sujeito-conhecimento-condições de trabalho.

Discutir essa relação entre qualificação e tecnologias nos leva também a procurar compreender a necessidade ou não de um patamar maior de qualificação do ponto de vista técnico, organizacional e gerencial para os exercícios das atividades dessas trabalhadoras no trabalho a domicílio. É clara a diferença na exigência de qualificação das trabalhadoras que vão atuar na fábrica e as que vão atuar nas facções. Na fábrica, é exigido um conhecimento bem específico, ligado à atividade que estarão exercendo. No caso das costureiras, é exigido o domínio do equipamento e o conhecimento específico da parte do processo de produção que lhes cabe.

Em ambos os casos, a qualificação formal exigida é pequena. No domicílio, no entanto, é demandada uma qualificação real maior pela exigência do processo de produção. Mas há também um outro aspecto importante: existe um cuidado maior com o controle de qualidade do trabalho das faccionistas.

Na facção, consideram que as trabalhadoras devem ter uma produção em quantidade satisfatória, garantir a qualidade dos produtos, compreender, ainda que minimamente, de administração, tanto da área contábil como fiscal, trabalhista, previdenciária, entre outras. Um processo que na fábrica é pulverizado e ocupado, por vezes, por pessoas de nível universitário.

Assim, o trabalho a domicílio não possui, do ponto de vista tecnológico, grandes inovações. No entanto, é constituído por trabalhadoras que detêm um expressivo conhecimento sobre as suas atividades de trabalho como também de gestão e organização. Portanto, a linearidade novamente não se coloca porque a precarização das condições de trabalho não significou uma desqualificação das trabalhadoras.

O trabalho a domicílio tem exigido uma qualificação profissional diferenciada das trabalhadoras que estarão envolvidas nesse processo informal de trabalho. Não são trabalhadoras desqualificadas como quer fazer crer o capital e sim inseridas num processo de trabalho que mobiliza outros conhecimentos, que ainda não têm o reconhecimento que deveriam ter.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção de um novo modelo de produção, apoiado nos paradigmas da flexibilidade e integração, proporcionaram o surgimento de novos padrões de divisão do trabalho, assim como a descentralização da atividade produtiva com a intensificação dos processos de terceirização. A nova organização da produção demanda cada vez menos o trabalho estável e cada vez mais as diversificadas formas de trabalho parcial, part time, terceirizado.

A reestruturação tem possibilitado um aumento significativo do trabalho feminino, absorvido preferencialmente no universo do trabalho part time, precarizado e desregulamentado, tal como o trabalho a domicílio.

O trabalho a domicílio, traz em seu bojo a precarização das condições concretas de trabalho e a perda dos direitos conquistados. Portanto, uma precarização das relações de trabalho, que não pode ser ignorada, mas que não compreende em si a desqualificação do conhecimento, mobilizado, construído e adquirido pela trabalhadora faccionista no processo de trabalho.

No processo de trabalho, as costureiras faccionistas produzem conhecimentos tanto nas relações estabelecidas no dia-a-dia de trabalho como no trabalho propriamente dito, e esses saberes integram-se como saberes necessários ao processo de produção. As trabalhadoras mobilizam saberes adquiridos nas práticas cotidianas, na formação em instituições de ensino formal, para resolver os problemas do dia-a-dia do trabalho, ainda que não reconheçam que se valem desses dois últimos.

Assim, no trabalho dentro das facções, as trabalhadoras criam, aprendem, desenvolvem, dominam e adquirem saberes. Com isso, passam a dominar o processo de trabalho como um todo, e esses saberes são, assim, importantes para o processo de trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alice de Paiva., SORJ, Bila. Trabalho a domicílio e relações de gênero: as costureiras externas no Rio de Janeiro. IN: ABREU, Alice de Paiva., SORJ, Bila. (orgs.). **O trabalho invisível**. Estudos sobre trabalhadores a domicílio no Brasil. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1993.

ABREU, Alice de Paiva., SORJ, Bila. Trabalho a domicílio nas sociedades contemporâneas – uma revisão da literatura recente. IN: ABREU, Alice de Paiva., SORJ, Bila. (orgs.). **O trabalho invisível**. Estudos sobre trabalhadores a domicílio no Brasil. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1993.

- ARANHA, Antônia Vitória. O conhecimento tácito e a qualificação do trabalhador. IN: **Trabalho e Educação**. Belo Horizonte nº 2 - ago/dez – 1997.
- ARANHA, Antônia Vitória. Tecnologia e qualificação do trabalhador: a complexidade do desenvolvimento técnico e sócio-humano. IN: **Trabalho e Educação**. Belo Horizonte, Número 3, jan/jul. 1998.
- ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro e AMORIM, Elaine Regina Aguiar. **Redes de Subcontratação e Trabalho a Domicílio na Indústria de Confecção**: Um Estudo na Região de Campinas. XXIV ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. 2000.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Cortez, Campinas, São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2000.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: SP, Boitempo Editorial, 6ª Edição, 2002.
- BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no séc. XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Volume 1, São Paulo: Editora Paz e Terra, 2a. Ed., 1999.
- CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber** – Elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.
- DURAFFOURG, Jacques. Um robô, o trabalho e os queijos: algumas reflexões sobre o ponto de vista do trabalho. IN: **Emprego e desenvolvimento tecnológico** – Brasil e contexto internacional. Dieese (org.) São Paulo, 1998.
- HIRATA, Helena. As mudanças no mundo do trabalho: Gênero e formação humana. IN: **Outras Falas. Revista de Formação Escola 7 de outubro/CUT**. nº 3. Agosto de 2000.
- HIRATA, Helena.. **Nova Divisão Sexual do Trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e para a sociedade. Boitempo, São Paulo. 2002.
- HOLMES, John (1986): The organization and locational structure of production subcontracting. In: Scott, Allen J., Michael Storper (Hrsg.): **Production, work, territory**. The geographical anatomy of industrial capitalism. Boston/London/Sydney. pp.80-106
- LAVINAS, Lena; SORJ, Bila; BARSTED, Leila Linhares; JORGE, Ângela. **Trabalho a domicílio**: Novas formas de contratualidade. IPEA, Rio de Janeiro, 2000.
- RUAS, Roberto. Notas acerca das relações entre trabalho a domicílio, redes de subcontratação e as condições de competição. IN: ABREU, Alice de Paiva., SORJ, Bila. (orgs.). **O trabalho invisível**. Estudos sobre trabalhadores a domicílio no Brasil. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1993. RUIZ, João Álvaro. Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos. 4ª Edição. São Paulo: Atlas, 1996.
- SANTOS, Eloísa Helena. A produção do saber e sua legitimação política. IN: **Outras Falas. Revista de Formação Escola 7 de outubro/CUT**. nº 3. Agosto de 2000b.
- SANTOS, Eloísa Helena. Ciência e Cultura: Uma Outra Relação entre Saber e Trabalho. IN: **Trabalho e Educação**. Belo Horizonte, nº 7, 2000a, p. 119-130
- SANTOS, Eloísa Helena. Trabalho Prescrito e Real no Atual Mundo do Trabalho. IN: **Trabalho e Educação**. Belo Horizonte, nº 1, 1997, p. 13-27
- NEVES, Magda de Almeida. Reestruturação produtiva e estratégias no mundo do trabalho: as conseqüências para os trabalhadores. In: CARVALHO NETO, Antonio Moreira de e CARVALHO, Ricardo Augusto Alves de (Orgs.). **Sindicalismo e negociação coletiva nos anos 90**. Belo Horizonte: IRT – Instituto de relações de Trabalho da OUC Minas, 1998, pgs. 329-338.
- Artigo recebido em outubro e aprovado em novembro de 2006.